

História da alfabetização em Mato Grosso:

a contribuição dos "diários de classe" como fonte documental

Lázara Nanci de Barros Amâncio
Cancionila Janzkovski Cardoso

Como citar: AMÂNCIO, L. N. B.; CARDOSO, C. J. História da alfabetização em Mato Grosso: a contribuição dos "diários de classe" como fonte documental. *In*: MORTATTI, M. R. L. (org.). **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 155-176. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-178-2.p155-176>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO EM MATO GROSSO: A CONTRIBUIÇÃO DOS "DIÁRIOS DE CLASSE" COMO FONTE DOCUMENTAL

Lázara Nanci de Barros Amâncio
Cancionila Janzowski Cardoso

INTRODUÇÃO

O propósito deste texto é compartilhar com estudiosos interessados na constituição de um campo de estudos, referente à história da alfabetização no Brasil, parte de um inventário de trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE) vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o qual tematiza a história da alfabetização no Estado de Mato Grosso, nesta última década.

Na esteira dos estudos históricos balizados pela Nova História e pela História Cultural, que nos apresentam a possibilidade de trabalharmos com novos sujeitos, novos objetos e novas fontes, ressaltam-se, em nossas pesquisas, nas fontes documentais, suportes referentes à escrituração escolar como fonte privilegiada.

A partir da pesquisa pioneira sobre a história da alfabetização no Estado de Mato Grosso, desenvolvida por Amâncio (2000), no âmbito do GPHELLB (Grupo de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil - Universidade Estadual Paulista, *campus* de Marília) e também a partir da parceria em pesquisa interinstitucional¹ com pesquisadoras do CEALE (Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita - Universidade Federal de Minas Gerais), do HISALES (Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares - Universidade Federal de Pelotas), desde 2001, e, mais recentemente, com estudiosos do ALLE (Grupo de Pesquisa Alfabetização, Leitura

¹ Trata-se de uma parceria de produção de pesquisa com o título: *Cartilhas: ideários, práticas pedagógicas e editoriais*: construção de repertórios analíticos e de conhecimento sobre a história da alfabetização, do livro, da leitura e das práticas editoriais MG/RS/MT/ES/AM/RJ-UFF - 1834/1996. No I SIHELE, promovido pelo GPHELLB, tivemos a oportunidade de ampliar as discussões do grupo inicial, com a rica contribuição de pesquisadores de outras instituições: Universidade Estadual Paulista, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

e Escrita - Universidade Estadual de Campinas), do NEPALES (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo - Universidade Federal do Espírito Santo), do PROALE (Programa de Alfabetização e Leitura - Universidade Federal Fluminense), o ALFALE vem-se dedicando a investigar temas relacionados à alfabetização, com o objetivo maior de contribuir para a constituição de uma história regional que se some à composição de uma história da alfabetização no Brasil.

Os estudos se desenvolvem mediante projetos que incluem bolsistas de graduação, mestrands e pesquisadores da linha Educação e Linguagem, do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT/Cuiabá, entre 2003 e 2009, e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da UFMT/Rondonópolis, a partir de 2010. Durante todo esse período, a produção tem sido intensa, tanto no que tange aos temas definidos quanto a uma variedade de gêneros com a qual o grupo tem-se deparado e tem procurado analisar e compreender: projetos de iniciação científica, artigos, comunicações em congressos, resumos expandidos, trabalhos completos, dissertações de mestrado.

Acompanhando essa dinâmica, lidar com uma variedade de fontes documentais tornou-se comum ao grupo, o que, de saída, pode-se considerar um ganho adicional nos resultados. Em uma década de funcionamento do ALFALE, temos a satisfação de comemorar com nossos pares de tantas trajetórias, um pouco da nossa contribuição à história da alfabetização no Brasil. Representar o Estado de Mato Grosso, no I SIHELE, é um privilégio que traz, certamente, muita responsabilidade, mas também, além do inevitável brilho nos olhos, como bem observa Darnton (1990), uma gratidão pela receptividade com que nossos trabalhos têm sido aceitos pela comunidade acadêmica ou, para trazer Chartier (1999) para o diálogo, pela “comunidade de leitores”, à qual nos vinculamos e à qual nos dirigimos nessa ocasião.

Poupando os leitores de uma relação extensa de títulos e temas já explorados pelo ALFALE² e, talvez, sem sentido para este texto, procuraremos direcionar o foco desta apresentação para um recorte que nos tem chamado a atenção há alguns anos e que ainda não mereceu destas pesquisadoras uma reflexão mais rigorosa. Falamos dos livros de escrituração escolar, usados abundantemente pelas escolas brasileiras e, no caso do Estado de Mato Grosso, encontrados, especialmente, desde o início do século XX. De acordo com Zaia (2010), a escrituração escolar, que tem recebido certa atenção nos últimos anos como documentação importante a ser analisada e preservada, como um componente significativo no estudo das instituições escolares, ainda não mereceu dos pesquisadores da educação a devida atenção à sua constituição como objeto de estudo. Essa autora toma, assim, a escrituração escolar, em sua materialidade, como seu objeto

2 Esses trabalhos, todos acessíveis, encontram-se em anais de congressos, muitos publicados em sites ou revistas eletrônicas; as dissertações mencionadas encontram-se no Portal da UFMT <<http://www.ie.ufmt.br/ppge/>> e também no portal da CAPES <<http://www.capes.gov.br>>. Há ainda publicações de membros do grupo em formato de livros publicados pela Editora da UFMT e outras.

de estudo. Suas contribuições são importantes nesta reflexão, dada a necessidade de nos debruçarmos sobre parte dessa escrituração, especialmente a relacionada aos aspectos intrínsecos à sala de aula, como os conteúdos de ensino, as atividades desenvolvidas/solicitadas aos alunos e os livros escolares.

1 LIVROS DE ESCRITURAÇÃO ESCOLAR: A ESTATÍSTICA A SERVIÇO DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO, NAS ESCOLAS

Recorrentemente presente nos relatórios da instrução pública, sendo mencionados nas mensagens de presidentes e governadores do estado, dados retirados da escrituração escolar têm ocupado, nos poucos e diferentes espaços de preservação de documentação do serviço público, um lugar de destaque, mas silencioso. Menos presentes no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e mais, nos arquivos de escolas antigas de algumas cidades desse estado³, os livros de escrituração escolar abrangem diversos temas relacionados ao funcionamento das escolas. Variam de configuração (e de nome) ao longo do tempo e em diferentes épocas, constituindo-se em fontes de extrema relevância em função de dados que não se encontram em outros documentos.

Os livros destinados aos registros do que ocorria nas escolas e com os quais temos lidado nos últimos anos são bem diversificados. Muitos deles, os mais antigos, são manuscritos, outros foram impressos, especialmente pela Imprensa Oficial do Estado, embora nem sempre esse dado apareça. Os livros manuscritos são brochuras de capa dura, com 50, 100 ou mesmo 200 páginas, e têm diferentes finalidades: livro de inventário de mobiliário e/ou material didático; livro de ocorrências; livro de portarias internas emitidas pela direção das escolas; livro de correspondências, livro de ponto de professores e funcionários das escolas; livro de atas de reuniões do Conselho Superior da Instrução Pública; livro de resultados de exames finais; livro de matrículas de alunos; livro de registro de provas de professores para concurso público ao magistério; livro de inventário de material de salas de aula; livro de movimentação de professores, com nomeações, licenças e exonerações. Registros de conteúdos de ensino e atividades de classe, foram raros os encontrados com data anterior à década de 1970.

Souza (2006) localizou livros de escrituração escolar das décadas de 1930 e 1940, em Diamantino/MT, que eram bem detalhados. Talvez, a administração das Irmãzinhas Jesuítas, no Externato Santa Terezinha, tenha contribuído para que esses registros fossem tão cuidadosos. Todavia, essa é uma hipótese que não se confirma em relação a outras escolas e outras cidades, cuja administração também ficou sob a

³ Nossa última pesquisa, concluída oficialmente em 2010, intitulada *Memória da cultura escolar mato-grossense: ensino primário, práticas de leitura e de escrita em grupos escolares, escolas reunidas e isoladas (1910- 1970)*, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), trouxe dados interessantes de municípios mato-grossenses, como Guiratinga, Poxoréu, Poconé, Rosário Oeste, Miranda, Cáceres, Diamantino, Várzea Grande.

responsabilidade de religiosas, como o Externato São José, em Poxoréu/MT, na mesma época. Os registros nesta última cidade são fragmentados, sendo que a preocupação parece ter se restringido às matrículas, seu número, nome de responsáveis, profissão dos pais, religião que professavam. Os livros contêm muitas páginas em branco, e não houve preocupação em mencionar títulos de cartilhas, métodos de ensino, nem atividades desenvolvidas pelos alunos, por exemplo,

Como esses dados são essenciais para uma história da alfabetização, procuraremos nos deter, a partir de agora, em uma reflexão sobre a análise desse gênero de texto, o livro de registro escolar, compartilhando com os leitores nossos achados, nossas dúvidas, nossas conclusões a respeito de uma possível trajetória desse suporte de registro do funcionamento das escolas, encontrado no Estado de Mato Grosso, desde as primeiras décadas do século XX⁴, mas provavelmente usado em todas as unidades da federação.

É possível que, dada a liberdade de constituição de políticas públicas regionais, com atribuição de responsabilidade única aos estados e, especialmente antes da legislação federal específica para o ensino primário, em 1946, que buscava uma hegemonia em termos de padronizar os sistemas de ensino dos vários estados brasileiros, esses documentos tenham, em diferentes regiões, diferentes configurações. De acordo com Romanelli (1996, p. 160), o ensino primário passou a ter mais atenção do governo central brasileiro somente depois da queda do presidente Getúlio Vargas. Até então, os sistemas de ensino estavam ligados à administração dos estados, sujeitos às condições destes em legislar e inovar. Para a autora citada, as reformas empreendidas pelos estados eram isoladas e teriam contribuído, mais ainda, para acentuar as diferenças regionais em termos de educação.

É possível também que os “velhos” livros de escrituração escolar nos moldes dos que foram encontrados tenham dado origem a outros suportes de preservação de uma “economia escriturística” (CERTEAU, 2009, p. 201-224), sem a qual a sociedade da escrita não poderia/saberia mais encaminhar seus projetos e planejamentos.

LIVROS DE ESCRITURAÇÃO ESCOLAR: O QUE DIZEM E NÃO DIZEM DAS ESCOLAS

Os livros mais antigos de escrituração escolar, com características mais próximas do atual diário de classe, usados até o momento em todas as escolas brasileiras, foram localizados em Mato Grosso, durante a investigação de Souza (2006), no município de Diamantino, elaborados na década de 1930, e por Amâncio⁵ (2010) no município de Poxoréu. A denominação “Diário

⁴ Na cidade de Poxoréu/MT, os livros manuscritos mais antigos que foram localizados eram bastante espessos, traziam dados muito completos das escolas. Eram usados, inclusive, por vários anos seguidos. Um deles, por exemplo, o do ano de 1938, foi usado até 1955. Trata-se de relatório de exames finais.

⁵ Dados do Relatório Técnico da Pesquisa *Memória da Escola Primária-2010* (documento de circulação restrita), desenvolvida pelo Grupo ALFALE (2007-2010), coordenada por Lázara Nanci de Barros Amâncio, com financiamento da FAPEMAT.

de classe” parece ter sido adotada no início da década de 1970. Em livros com a finalidade de registrar nome dos alunos, série frequentada, conteúdos/atividades ministradas, frequência e avaliação (notas) dos alunos da década de 1960, a denominação desse suporte de registro era “Livro de classe”.

Algumas imagens desse suporte⁶ deixam perceber a importância dada à época aos elementos que deveriam ser anotados, para uma estatística que visava a dar a conhecer o sistema escolar e a planejar ações de intervenção nesse serviço público. O título do livro, cuja capa mostramos a seguir, é *Livro de frequência*, mas, conforme pode-se observar internamente, não era essa apenas a preocupação da escola. Esse livro, como outros do Departamento Estadual de Estatística, fazia parte, provavelmente, de um conjunto de outros materiais que contribuíam para a fiscalização e controle do sistema de ensino em Mato Grosso.



Figura 1 - Capa do Livro de Frequência do Colégio Santa Terezinha – Diamantino/MT (1939)

Fonte: Acervo da Escola Plácido de Castro, localizado por Terezinha Fernandes Martins de Souza (2006)

⁶ Aqui pretendemos usar, como sugere Zaia (2010) definições por ela encontradas no *Dicionário de terminologia arquivística* organizado pela Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo. Assim, entendemos por “suporte” o material sobre o qual as informações são registradas; e por “formato”, a sua configuração física, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado, por exemplo: caderno, cartaz, mapa, livro etc. Julgando apropriado à natureza do objeto de estudo, recorreremos também à expressão “análise da configuração textual”, criada por Mortatti (2000, p. 31) e usada largamente pelos componentes do GPHELLB em suas produções acadêmicas. Esse conceito permite uma abordagem mais completa do documento-fonte, na medida em que pode trazer a lume uma visão mais integrada do conjunto dos aspectos constitutivos dos textos definidos como corpus. A atenção a “o quê? como? a quem? de onde? quando? por quê? para quê? para quem?” possibilita ao investigador a produção uma leitura mais vigorosa e detalhada dos textos.



Figura 2 – Página do Livro de Frequência do Colégio Externato Santa Terezinha-1939
Fonte: Acervo Escola Plácido de Castro, localizado por Terezinha Fernandes Martins de Souza (2006)

Nessa página do livro, relativa ao mês de setembro, a professora menciona as atividades desenvolvidas, dando a conhecer os conteúdos de ensino ministrados nas classes dos 1ºs. anos A, B e C, daquele ano letivo.

Passaremos aqui a apresentar um dos livros de registro geral do estabelecimento escolar, com o objetivo de socializar aspectos desse suporte que, em Mato Grosso, passa por certa transformação na sua formatação entre as décadas de 1930 a 1970, mais ou menos.

1.2 ANÁLISE DO LIVRO DE REGISTRO GERAL DO ESTABELECIMENTO ESCOLA RURAL MISTA DA POVOAÇÃO DE CÓRREGO FUNDO

O livro analisado foi usado na cidade de Diamantino/MT, no ano de 1943. Nesse ano, havia 20 alunos matriculados, sendo 13 do 1º. ano e 7 do 2º. ano. O horário de funcionamento era das sete às doze horas, conforme anotação do professor. Normalmente esses livros eram utilizados para registrar dados de alunos de diferentes níveis de escolaridade, visto que o professor agrupava os seus alunos todos numa mesma sala de aula; somente nos grupos escolares ou em escolas urbanas com maior quantidade de alunos — as Escolas Reunidas — é que era possível separar as crianças por nível de aprendizagem. No caso em pauta, os alunos se distribuíam em duas séries escolares: 1º. e 2º. anos do curso primário. O termo de abertura do livro foi elaborado em março de 1943. Quanto às páginas correspondentes ao “Ponto Diário”, apenas o mês de maio está preenchido totalmente, e o de setembro, parcialmente, faltando as demais páginas. Na página correspondente ao mês de setembro, constam apenas assinaturas referentes aos quatro primeiros dias do mês.

Na capa, encontram-se os seguintes dados: “a) Nome da escola: Escola Rural Mista da Povoação de Córrego Fundo, município de Diamantino”; b) “Professor

responsável”: está em branco, somente no termo de abertura é que consta o nome do mestre Henrique da Costa Neves. Trata-se de um livro incompleto, um fragmento de 21 páginas que talvez não represente 40% do total de suas páginas. Todavia, as poucas páginas preservadas permitem que se levantem algumas hipóteses sobre esse suporte e sua configuração. Pelo que se observa na quantidade das páginas preenchidas faltam muitas delas. Mesmo assim, tentamos compreender um pouco a constituição desse suporte.

As páginas preenchidas destinam-se ao registro de diversos dados importantes ao sistema de ensino, bem como de ações ou atividades a serem desenvolvidas em classe. No alto de cada página, é possível conhecer as finalidades dos registros. São elas:

- a) “Ponto Diário”, o que nos leva a supor que esse item deveria ter pelo menos 11 páginas, com trinta linhas cada uma delas; mas nesse fragmento localizaram-se apenas duas páginas, com assinaturas, uma do mês de maio, completa, e outra correspondente ao mês de setembro, com apenas quatro assinaturas. Ao final de cada página, há um espaço destinado às observações;
- b) “Inventário dos móveis ou equipamentos existentes no ano letivo de 1943”; nesse item revela-se a precariedade da escola: 1- uma mesa grande (1.50X 0.70), provavelmente 1.5 m e 0.70 m (embora não conste o ícone *m*), 2- 3 bancos (2.50 X 0.25), 3- 7 pedras de lousa (0.28 X 0.20). Ao final da página, a observação: “Os móveis de 1 a 2, é de propriedade do professor” (sic!);
- c) dados referentes às matrículas, subdivididas em duas partes: “1ª. PARTE- Matricula Geral do ano letivo de 1943” (duas páginas são destinadas a esse item); “2ª. PARTE- Matricula Geral do ano letivo de 1943;”: esta segunda parte destina-se aos dados do responsável pelo aluno. Também aqui duas páginas são dedicadas ao tema;
- d) páginas dedicadas ao “Programa do Ano Letivo” referente ao ano de 1943; há onze dessas páginas;
- e) a última página destina-se ao registro de frequência mensal dos alunos no ano letivo de 1943. Nesse fragmento do livro de registro geral do estabelecimento escolar encontra-se apenas uma página para esse registro, correspondente ao mês de setembro. Faltam, portanto, todas as correspondentes aos demais meses do ano, pelo menos onze páginas ao todo, considerando-se que janeiro pode ter sido um mês de férias escolares. Justamente nesse mês, em “Observações”, consta o seguinte registro. “Foi feixada (sic!) esta escola hoje, 5 deste mez por ter sido exonerado o professor”. Curiosamente, apenas essa página desse item foi preservada.

É intrigante esse dado, como alguns outros que levam o pesquisador a refletir sobre os elementos que ficaram (ou não!) preservados. Por que essas e não outras páginas foram preservadas? Seria casual? Certamente essa é uma daquelas muitas perguntas que os estudiosos da história da educação se fazem, sem a esperança de obter qualquer

resposta. Em algum momento, na trajetória dessas escolas do município de Diamantino, sujeitos que vivenciaram a educação da época decidiram, de alguma forma e por alguma razão, pela preservação de umas em detrimento de outras fontes documentais, completas ou em fragmentos. Assim, um pouco das práticas escolares e um pouco da vida profissional de sujeitos da época ficaram registradas, deixando-nos algumas pistas da profissão docente no passado. Alguns dados, aparentemente sem importância atual, permitem também conhecer aspectos socioeconômicos de outros sujeitos igualmente importantes, os alunos e suas famílias.

Ao final de cada página, há um espaço destinado às observações. No mês de maio, consta o seguinte: “Foi visitada esta escola hoje, 27 deste mês pelo Inspetor Geral do Ensino Snr Augusto Moreira da Silva Filho”. Documentações de outras escolas evidenciam também a prática da inspeção escolar como um instrumento de acompanhamento e fiscalização do ensino pelo estado. A Diretoria da Instrução Pública atribuía grande importância a esse cargo, em função da distância que separava as escolas do interior das da capital do estado. A dimensão territorial do Estado de Mato Grosso sempre foi um argumento recorrente na análise dos problemas educacionais dessa região, lembrando que a divisão do estado somente ocorreu no final da década de 1970.

Ainda nesse *Livro de Registro Geral do Estabelecimento Escola Rural Mista da Povoação de Córrego Fundo*, de acordo com a observação relativa ao mês de setembro, a escola do professor Henrique perdeu seu mestre no meio do ano letivo e não se sabe se alguém teria continuado a ministrar aulas nessa escola isolada. Nessa época, e na verdade durante todo o século XIX, na documentação de escola era comum o fechamento quando havia denúncias de ausência do professor por longos períodos, principalmente. Os inspetores escolares costumavam fazer esses levantamentos em visitas às comunidades, onde obtinham informações sobre o funcionamento das escolas e o desempenho dos professores. No caso em apreço não foi localizada nenhuma denúncia sobre o professor Henrique. De todo modo, não se pôde saber a razão de sua exoneração. Como não havia concursos públicos, os professores eram indicados pelos párocos, políticos ou juízes de paz das comunidades que demandavam por abertura (ou fechamento) de escolas: assim as substituições também se davam por essa via.

Um dos itens importantes para os objetivos das pesquisas do grupo ALFALE está justamente em algumas páginas preservadas nesse fragmento do livro: trata-se da relação de conteúdos de ensino, provavelmente ministrados aos alunos da escola do Professor Henrique. As condições em que esse ensino se desenvolvia, embora pareçam uma incógnita, também podem ser analisadas em função do mobiliário da escola e do pouco material didático usado naquela localidade. Pela quantidade de bancos e de lousas para escreverem, podemos supor que havia pouco espaço e material disponível. Não havia uma lousa para cada criança. É bem possível que o professor estabelecesse um tipo de revezamento dos alunos para essa atividade. Problema dessa natureza o inspetor

Camilo Barreto já denunciara em 1870 (AMÂNCIO, 2008, p. 63). Embora faltem as páginas correspondentes ao programa do ano letivo referente aos meses de outubro em diante, as páginas preservadas possibilitam levantar algumas hipóteses a respeito das práticas escolares relacionadas à área da alfabetização.

A página correspondente às anotações do programa do ano letivo referente ao mês de março de 1943, assim como as demais, contém quatro colunas e 16 linhas para anotações. No alto da primeira linha está anotado: “Disciplina”; na segunda, lê-se “Ponto”; na terceira “Forma de desenvolvimento” e, na última, está registrado “Referencia ao programa”. Nesse mês de março, o professor Henrique usou poucas linhas para suas anotações, referentes ao 1º. ano, como se pode observar no quadro a seguir:

Disciplina	Pontos	Fórmula de desenvolvimento	Referencia ao programa
1º. Ano Mixto			
Leitura	Cartilha	Exercício Oral	
Aritmética	Taboada de (...) e Exercícios	Exercício oral no quadro negro	
Caligrafia	Cópia	Exercício por escrito	

Quadro 1 – Execução do Programa – mês de março

Fonte: *Registro Geral do Estabelecimento Escola Mista da Povoação do Córrego Fundo -1943*

Para o 2º. ano da mesma escola, o registro para o mês de março de 1943, abordou: “Leitura”, no livro *Nossa Pátria*; em Aritmética foi estudado “Quantidade: unidade e numerais”; em História do Brasil, estudou-se “Descobrimento do Brasil”; em Caligrafia, houve “Cópia”; em Geografia, “Desenho e Morfologia Geométrica”; em Corografia, consta “Estado de Mato Grosso”. Consta exercícios orais e escritos; em Geografia há detalhamento: definições de espaço, linha, superfície, corpo, comprimento, área e volume.

Disciplina	Pontos	Fórmula de desenvolvimento	Referencia ao programa
1º. Ano Mixto (sic!)			
Leitura	<i>Cartilha da Infância</i>	Exercício Oral	
Aritmética	Taboada de somar e diminuir	Exercício oral no quadro negro	
Caligrafia	Cópia	Exercício por escrito	

Quadro 2 – Execução do Programa – mês de abril de 1943

Fonte: *Registro Geral do Estabelecimento Escola Mista da Povoação do Córrego Fundo-1943*

Nesse registro referente ao mês de abril, aparece o título da cartilha: *Cartilha da infância*. Para o 2º ano, os conteúdos se repetem nesse mês. Em relação ao mês de maio, a repetição ocorre com os registros do 1º. ano. Não constam dados do 2º. ano escolar no mês de maio. No mês de junho, também há repetição dos registros do 1º. ano. Novamente *Cartilha da infância* é mencionada. Nesse mês há novamente cópia dos conteúdos do 2º. ano. Para leitura, permanece *Nossa Pátria*. No mês de julho, os conteúdos do 1º. ano se

repetem; para o 2º. ano há também a mesma relação, mas há novidades para Português. Na coluna que corresponde ao “Ponto”, o professor registrou: “Alfabeto, Letras, Sons, Notações e grupos de letras”. Em agosto, os conteúdos se repetem para ambas as turmas de alunos, sendo que “Alfabeto, Letras, Sons, Notações e grupos de letras” volta a se incluir entre os “pontos”. Desse mês em diante, não há registro de conteúdos de ensino. Sobre a aprendizagem dos 13 alunos de 1º. ano, consta que três deles não sabiam ler quando se matricularam; eram, coincidentemente, os mais novos (7 e 8 anos). Esse dado é interessante se cotejados com outros; por exemplo, há uma coluna em que o mestre anotava se os alunos eram ou não repetentes. Nessa escola, justamente os que não sabiam ler, também não eram repetentes; os dez que liam, eram todos repetentes, acima de 9 anos de idade. Esse dado comprova a permanência das crianças no 1º. ano escolar, por três anos, naquele período, e que deve ter se estendido por muitas décadas, em Mato Grosso. O mesmo dado pode ser constatado no Livro de Classe da cidade de Poxoréu/MT, também município do interior, mas ao sul do estado. Nessa localidade, no acervo da Escola Estadual “Julio Muller”, nos livros de exames finais, das décadas de 1930 a 1955, constam registros de promoção de alunos do 1º. ano A para o 1º. ano B, e deste para o 1º. ano C; muitos alunos do 1º. ano C eram promovidos para o 2º. ano. Para a maioria das crianças daquele período, era preciso três anos para aprender a ler e a escrever. A idade dos alunos variava de 7 (2 crianças) a 13 anos (1 criança); sete delas tinham entre 9 e 12 anos.

Nesse ano letivo de 1943, o professor Henrique utilizou a *Cartilha da infância*⁷, de autoria de Thomaz Galhardo, publicada na década de 1880 e modificada, na sua reedição de 1890, por Romão Puiggari, discípulo do autor da cartilha. Tratava-se de uma cartilha bastante usada em Mato Grosso, especialmente na década de 1920, de acordo com os livros do almoxarifado da Diretoria da Instrução Pública. No ano de 1925, havia em estoque 21 exemplares dessa cartilha. Em 1934, foi publicada sua 129ª. edição, pela Livraria Francisco Alves. O método de alfabetização adotado nessa cartilha é o de marcha sintética, pela silabação. Galhardo (1934, p. 6) dirige-se ao leitor, em uma das primeiras páginas da cartilha, para explicar sua preferência, explicando que dos “três métodos existentes — antigo ou soletração, moderno ou silabação e moderníssimo ou palavração —” ficava com o meio termo. O autor criticava a soletração, por ser monótona e repetitiva; também não via vantagem na palavração em vista do estado em que se encontrava o ensino primário no país, naquela época. Quanto à cartilha de sua autoria, justificava-a dizendo que, depois de muitas experiências, conseguira resultados admiráveis do emprego silábico, seguido da aplicação das sílabas em palavras, e destas em frases curtas e de fácil compreensão aos alunos.

A utilização de *Cartilha da infância* pelo professor Henrique chama a atenção por várias razões. Uma delas é o fato de ele optar por um título que fugia da recomendação de que os professores adotassem o método analítico para o ensino da leitura, a qual constava

⁷ Dados mais detalhados dessa e de outras cartilhas são encontrados em Amâncio (2008, p.199-233).

do *Regulamento da instrução pública*, datado de 1927, mas que, ainda normatizava o ensino no Estado do Mato Grosso, na época em que esse professor lecionava. A preferência do professor não se compatibilizava com as normas estabelecidas. Não bastasse esse fato, curiosamente, seus colegas da mesma região usavam *Meu Livro*, de Theodoro de Moraes, cuja primeira edição data de 1909 e que era considerada uma cartilha própria para a aplicação do método adotado oficialmente pela Diretoria da Instrução Pública do Estado do Mato Grosso. As razões da opção (?) do professor não podem ser conhecidas, certamente. Mas pode-se pensar que seu distanciamento da sede do município e também da capital do estado não tenha permitido o contato ou o acesso às alternativas didáticas da época. Outra possibilidade seria acreditar na autonomia do professor. O fato é que na Escola do Córrego Fundo as crianças alfabetizadas pelo professor Henrique tiveram acesso a uma das cartilhas mais antigas que circularam em Mato Grosso, uma das seis mais usadas de acordo com Amâncio (2008).

Na parte relativa ao registro de dados dos responsáveis pelos alunos são mencionados 14 nomes de pessoas. Alguns nomes se repetem, pois algumas dessas pessoas eram responsáveis por mais de um aluno, dois ou três; provavelmente eram seus pais ou parentes. Chamam a atenção os sobrenomes dos alunos; de 20 crianças, 12 usavam “Silva”; morando numa pequena comunidade é bem provável que muitos fossem parentes. Para as 20 crianças, há 14 responsáveis ao todo, sendo que 5 deles se responsabilizavam por 11 crianças. Dentre os responsáveis, apenas 5 eram homens, 4 deles, casados e 1, solteiro; 2 eram lavradores, 2, garimpeiros e 1 era professor; dentre os 5, apenas 1 não sabia ler. As demais responsáveis são mulheres; desse total de 9, todas eram domésticas e 6 delas não sabiam ler; 7 eram solteiras, apenas 2 casadas. Deve-se lembrar que o município de Diamantino foi região riquíssima em mineração, e a extração de lavras diamantíferas foi o propulsor de seu povoamento, como ocorreu com algumas outras cidades de Mato Grosso, como Poxoréu, Guiratinga, Paranatinga, Peixoto de Azevedo. Talvez esse fato explique ou ajude a compreender alguns detalhes da constituição familiar da época, influenciada pela rotatividade da população. Os garimpos eram atração para toda sorte de aventureiros em busca de fortuna. O esgotamento do ouro e dos diamantes levou muitas cidades e muitos sonhos à decadência, não apenas nos rincões mato-grossenses.

2 DO LIVRO GERAL DE REGISTRO ESCOLAR AO DIÁRIO DE CLASSE: DEFINIÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Para além do que foi exposto, relacionadamente aos livros de registro escolar, passamos a refletir sobre o Diário de Classe, uma fonte documental frequentemente encontrada em nossas pesquisas datadas a partir da década de 1970. Levantamos a hipótese que o Diário de Classe tem sua gênese nos antigos Mapas Escolares que eram exigidos pelas Diretorias da Instrução Pública. O Diário de Classe se constitui,

atualmente, numa síntese, obviamente precária do que os professores apresentavam aos inspetores e diretores de escola no passado. Por exemplo, nos antigos Mapas de Movimentação Escolar encontra-se uma grande variedade de dados das escolas e de seu funcionamento (registro dos funcionários, dos alunos, matrícula, frequência, aprovação e reprovação, dados socioeconômico-culturais dos alunos e suas famílias, inventário de mobiliário e material didático.).

Por sua vez, o Diário de Classe, pelo menos no Estado de Mato Grosso, é um instrumento que se atém, sobretudo, ao registro da matrícula, frequência, avaliações bimestrais e conteúdos de *uma classe* de alunos e, em caso de não ser um professor único para a turma, tem-se um Diário para cada disciplina.

Nessa configuração, essa fonte denominada “Diário de Classe”⁸ nas últimas quatro décadas e recorrentemente encontrada em nossos estudos, obriga-nos a pensar em seu significado, concordando com Burke (2005, p. 33):

Como seus colegas de história política ou econômica, os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação.

Passaremos, então, a partir de agora, a usar a denominação “Diário de Classe”, ainda que em algum momento venhamos a nos reportar aos “antigos” livros de registro geral.

O Diário de Classe, como se pode observar, historicamente se constituiu como um documento oficial, originado nas instituições responsáveis pela educação, tais como departamentos estaduais de estatística, diretorias de instrução pública, secretarias de educação estaduais e municipais, delegacias de ensino. Nos dados encontrados por integrantes do ALFALE, esse título aparece, como dissemos, na década de 1970.

Em *Práticas Escolares*, Antonio d’Ávila (1946, p. 461-476) dedica o último capítulo da obra à “Escrituração e correspondência”, tema que fazia parte do currículo de formação de normalistas que deveriam assumir o compromisso de inventariar, conferir, fiscalizar, controlar e prestar contas de todos os objetos de sua sala de aula, além do dever de ensinar a seus alunos. O autor apresenta uma relação, mencionando que:

[...] as escolas têm geralmente os seguintes livros: Ponto, Chamada, Matrícula, Termo de visitas, Inventário, Registro de correspondência, Despesas de expediente, Atas de exame, Caixa Escolar, Exposições escolares. Podem ter ainda: Histórico do estabelecimento, Endereços, etc. Todos esses livros devem ser abertos e rubricados pelas autoridades escolares. (D’ÁVILA, 1946, p. 461).

⁸ No *Dicionário Houaiss* (2000), todas as acepções da palavra “diário” remetem ao registro sistemático de informações de cada dia. Associada à expressão “de classe”, o significado mais plausível é o de registro escrito das ações mais significativas que ocorrem, a cada dia, numa classe ou sala de aula.

Objeto oficial, imprescindível para a escrituração escolar, esse documento, até bem pouco tempo atrás⁹, deveria ser preenchido de forma manuscrita no âmbito das escolas. Cada professor era responsável por registrar dados relativos à identificação e aos processos escolares do grupo de alunos que pertenciam a sua classe. Assim, aparecem dados como, ano, classe, turno, número de alunos, nome do professor e outros profissionais da educação (como coordenadores e diretores), nome dos alunos, breve levantamento sociocultural dos pais (em alguns exemplares), dias letivos, presenças e ausências, transferências e desistências, notas, programa de ensino, áreas de ensino ou disciplinas, objetivos, conteúdos trabalhados, metodologias e, eventualmente, livros utilizados. Aparece, ainda, em alguns exemplares, o movimento de caixa escolar e entrada e consumo de material didático.

Essa escrituração garantia o registro formal e oficial do ensino de cada sala de aula, bem como o controle e o acompanhamento das ações pedagógicas por parte dos responsáveis pela educação, no âmbito da escola (diretor, supervisor, coordenador) e para além dela (inspetores escolares, diretores da instrução pública, representantes de secretarias de educação).

A cultura escolar (JULIA, 2001) que sustentava a utilização dos Diários de Classe propunha normas para a tarefa de registro do professor, para além dos itens que já constavam do documento e que circunscreviam a escrita. Dentre as normas, destacam-se a não retirada desse instrumento de registro do estabelecimento do ensino e a proibição de rasuras.

A partir dessa breve descrição, pode-se supor que o documento Diário de Classe, quando localizado, traz informações específicas e suficientes do que ocorreu com determinada turma de alunos e, assim, nos fornece um bom quadro para reconstruirmos as práticas escolares. Ledo engano! Muitos são os problemas que envolvem essa fonte.

Para problematizar o uso dos Diários de Classe mencionamos, em primeiro lugar, a não coincidência do registro com as ações realizadas em sala de aula. Sabendo o professor o que se espera dele, para quem ele registra e para qual fim, age dentro de uma cultura escolar sedimentada, muitas vezes, registrando mais o esperado do que o executado. Assim, ao adotar essa fonte, é necessário considerar que estamos lidando com a oposição entre verdadeiro e falso, seguindo as sugestões de Ginzburg (2007, p.7)¹⁰, no esforço de integrar provas e possibilidades. Muito útil nesse caso é o conceito

⁹ Em Rondonópolis/MT, as escolas municipais ainda se valem desse instrumento de registro manual. Já as escolas estaduais adotaram o Diário de Classe eletrônico a partir de 2010, via Secretaria de Educação do Estado.

¹⁰ Lê-se na introdução da obra: “1. Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala. O que une os capítulos deste livro, dedicados a temas muito heterogêneos, é a relação entre o fio - o fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade - e os rastros. Há muito tempo trabalho como historiador: procuro contar, servindo-me dos rastros, histórias verdadeiras (que às vezes têm como objeto o falso)”. (GINZBURG, 2007, p.7).

de “representação” proposto por Chartier (1990), uma vez que é fundamental “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Assim sendo, se o professor executa X, mas registra Y, deve haver em Y elementos de uma cultura escolar valorizada que ele deseja fazer passar como sua.

Um segundo desafio para o historiador é encontrar nos registros indícios das práticas pedagógicas, dado que as informações ali contidas são parciais, sintéticas e repetidas. Por exemplo, para o grupo interessado em conhecer as cartilhas utilizadas, pouco são anotações de seus títulos. Pela própria materialidade do impresso, o

[...] registro em Diário de Classe apresentava uma configuração textual na qual o professor devia efetuar uma operação complexa de conversão do trabalho realizado num enunciado conciso, de características abstratas, ora concentrado numa só palavra (narração, anúncios), ora numa sentença composta (história em quadrinhos, oficina de textos). (MENEGOLO; CARDOSO, 2007, p. 2).

Essas pesquisadoras, analisando diários de classe da década de 1990, assim compreendem essa fonte:

Não era o lugar de retenção das lembranças de um profissional da educação, cuja serventia seria para, um dia, serem visitadas ou rememoradas por quem se interessasse. Nem tão pouco era o espaço para relatar os acontecimentos habituais de uma aula, como discussões entre alunos ou entre professor e aluno, frustrações com o andamento da aula ou com o trabalho e apresentações de trabalhos orais. Por sua configuração textual (de estrutura – número reduzido de linhas, por exemplo – e de conteúdo – o profissional adquiria, no fazer coletivo cotidiano, a habilidade de converter o realizado num enunciado tradicionalmente aceito e autorizado), o Diário de Classe restringia o dizer do professor, estabelecendo uma espécie de controle. Este instrumento de trabalho era o espaço enunciativo no qual tudo o que nele se materializasse seria direcionado a quem cabia “conferir” se o trabalho do professor estava ocorrendo da forma como a escola (leia-se “sistema escolar”) prescrevia, isto é, a quem cabia estabelecer uma espécie de vigilância. O “conferencista”, por sua vez, como não participava das aulas, ao receber o diário e proceder à leitura dos chamados “conteúdos”, construía, para si, a ilusão de que o registrado representava e permitia recuperar o ocorrido na aula. (MENEGOLO; CARDOSO, 2007, p. 3).

Outras problematizações relativas a essa escrita escolar já foram levantadas por integrantes do grupo ALFALE. Entendendo o Diário de Classe como um documento de “grande representatividade” dentro da escola, Faria (2008) formula a seguinte reflexão:

Por não fazer parte do conteúdo programado, pelo menos não na maioria dos cursos de licenciatura, a chance desse documento ser problematizado é mínima: para que serve? Por que deve ser preenchido? Como se devem fazer os registros nele? O que se deve realmente registrar nele?

Ninguém ensina ninguém a preencher Diário de Classe. Pelos anos de experiência e de reflexão da minha própria prática constato que a esse documento é preciso ser

dado maior atenção. O papel deste nas escolas precisa ser questionado, indagado, reformulado. (FARIA, 2008, p. 69-70).

De posse de um *corpus* importante de Diários de Classe, pertencentes à Escola Estadual “Dom Galibert”, situada no município de Cáceres/MT, relativos ao período de 1975 a 2003, a autora, inicialmente, procura identificar o nome das alfabetizadoras, dentro do período estudado, sistematizando tal informação em quadros. A partir do nome de 37 profissionais, a autora seleciona as 14 professoras alfabetizadoras que trabalharam na escola por mais de três anos. Ao analisar os registros nos Diários, uma primeira impressão imediatamente surge: “[...] a recorrência de alguns conteúdos registrados na mesma sequência”. (FARIA, 2008, p. 67/8). Tal fato intrigou a pesquisadora que buscou respostas na história oral, por meio de entrevistas realizadas com oito dessas alfabetizadoras. Os diários elaborados por elas servem de pano de fundo para as entrevistas, que ganham muito em significação e profundidade. Segundo a autora, o uso dessa técnica “[...] causou reações muito positivas. As professoras passaram a relatar com maior vivacidade suas práticas, após lerem alguns trechos preenchidos com suas próprias letras”. (FARIA, 2008, p. 69).

Ainda, problematizando a fonte, a autora se debruça sobre o texto das normas de preenchimento desse registro escolar, sempre presentes em cada unidade e conclui: “Tais informações foram, ao longo do tempo, sofrendo algumas alterações conforme as concepções de ensino e de avaliação vigentes em cada período.” (FARIA, 2008, p. 70).

A autora ainda identifica indícios de uma simplificação de informações contidas nas “Instruções para a utilização do Diário de Classe”, dando, como exemplo, o item “porcentagem de frequência”, existente nos diários do ano de 1975 e ausente nos anos posteriores, para o que levanta duas hipóteses: os professores teriam resistido em completar esse item, ou a própria Secretaria de Educação decidiu simplificar as informações no Diário? Valendo-se desse tipo de análise, a autora vai ressaltando novas configurações para esse instrumento de registro escolar. Em um Diário de Classe do ano de 1977, observa que o texto prescritivo para sua utilização passa de onze para nove itens, sendo suprimidos os itens de registro de aproveitamento do aluno e de normas para o preenchimento do resumo mensal, “[...] havendo definitiva mudança na configuração do registro de notas e resumo de frequência”. (FARIA, 2008, p. 74). Em 1981, aparecem novas alterações nas instruções para o preenchimento do Diário de Classe. Dessa feita, a simplificação chega a cinco itens. Dentre as alterações, a autora observa o seguinte, em relação ao item 5:

“Os canhotos deverão ser entregues na secretaria do estabelecimento, cinco dias após apuração do aproveitamento da turma, devidamente, preenchido, datado e assinado pelo professor” apresenta, pela primeira vez, prazo de entrega do documento e ainda deixa estabelecida a responsabilidade do professor pelas informações registradas nesse documento, visto que instrui que os canhotos destacáveis devem ser datados e assinados. (FARIA, 2008, p. 76).

Em 1995, é identificada nova alteração nas instruções para o registro dos conteúdos. O termo “Instruções” é substituído pelo termo “Orientações”. Onde se lia “Instruções para utilização”, passa-se a ler “Orientações para preenchimento”. Outro aspecto observado é a ampliação do público para o qual se destina o Diário: antes, o texto se dirigia ao professor e, agora, uma primeira orientação é dada ao secretário da escola, que passa a ser co-autor do instrumento, conforme a seguinte mensagem: “Secretário: O Diário de Classe ao ser entregue ao professor já deverá conter o registro dos nomes dos alunos devidamente conferidos. Não deverão ser abreviados o prenome e sobrenome”. As orientações ao secretário incluem a conferência dos “canhotos” (sem espaços, sem rasuras) e o preenchimento dos dados da capa e do termo de abertura do Diário.

Notam-se aqui aspectos da complexificação do sistema de ensino. Em Diários de Classe da década de 1940, aparece a presença marcante e solitária do professor, em especial, daqueles que atuavam em zonas rurais e escolas isoladas, fazendo esse e outros registros escolares, recebendo visitas, dando aulas, cozinhando a merenda, acompanhando as crianças aos domingos para assistirem à missa, organizando os exames finais coordenados por um inspetor de ensino, entre outras obrigações.

3 PESQUISAS QUE SE VALEM DOS DIÁRIOS DE CLASSE

O primeiro estudo desenvolvido no interior do grupo ALFALE que utilizou como fonte os Diários de Classe foi o de Menegolo (2006): *O ensino da produção textual escrita em uma escola de Cuiabá-MT: do prescrito ao realizado no período de 1990 a 2000*. A pesquisa revela aspectos das práticas pedagógicas das professoras que atuaram nas 4ª séries naquele período. Evidenciou, por meio dos diários de classes, indícios das prescrições, permanências e mudanças, que configuravam as práticas docentes. Esses dados mostraram variadas compreensões da escola e das professoras sobre o que deveria ser ensinado de língua portuguesa, para que o aluno se constituísse como um usuário competente da modalidade escrita da língua.

Na sequência, temos o primeiro estudo sobre alfabetização, propriamente dita, que se vale dos Diários de Classe. Trata-se do trabalho de Souza (2006) intitulado *Alfabetização na escola primária em Diamantino – MT (1930 a 1970)*: traços do passado e do presente, no qual são abordados aspectos importantes do ensino de leitura e escrita daquela região. Entre uma gama variada de fontes localizadas, alguns Diários de Classe do período de 1939 a 1948 (SOUZA, 2006, p. 73-74) registram conteúdos de ensino ministrados em classes de alfabetização de escolas isoladas rurais e urbanas, bem como os títulos de cartilhas e livros usados por professores. Os Livros de Frequência Escolar, mais antigos dentre os localizados até o momento e a evidência da adoção do método analítico em Mato Grosso são as contribuições mais significativas desse estudo.

No estudo *As práticas de alfabetização na Escola Estadual “Dom Galibert” em Cáceres-MT de 1975 a 2004*, Faria (2008) articula uma interessante metodologia para analisar um período de profundas transformações no ensino da língua materna e, em decorrência, na alfabetização. Também nessa pesquisa, o destaque fica para o uso de Diários de Classe que, além de registrarem aspectos da cultura escolar da época, serviram como instrumento mnemônico para o encaminhamento das entrevistas. Os registros contidos nos Diários de Classe analisados evidenciam o gradativo abandono, ao longo das décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, de um ensino mecânico — baseado na cópia, ditado, separação de sílabas e aspectos gramaticais —, e a progressiva “entrada do texto” nas salas de aula — mudança terminológica de “composição” para “produção”, exercícios de interpretação e produção de textos variados. No entanto, há permanências de práticas cristalizadas, tais como, o uso do método silábico.

Amaral (2008), em *Concepções e práticas de professoras alfabetizadoras aposentadas (1985-2005)*, recorreu à História Oral (THOMPSON, 1992; MEIHY, 1996), debruçando-se sobre os depoimentos de 11 professoras do município de Várzea Grande/MT, com idade entre 50 e 78 anos. O encerramento do ciclo profissional e a diversidade de formações foram os critérios para a escolha dos sujeitos. Além da fonte oral, foi utilizado um interessante *corpus* constituído por 105 Diários de Classe. A autora pondera: “De maneira geral os registros deixados nos diários de classe se apresentam como um elenco de atividades que foram propostas aos alunos”, não contendo “[...] objetivos, finalidades ou intenções das professoras ao proporem os exercícios a serem desenvolvidos”. (AMARAL, 2008, p. 165). Os registros, nesse caso, evidenciam a utilização de cartilhas, sendo possível à autora enumerar uma gama variável desse instrumento, utilizado ao longo das décadas estudadas. Entre os achados, a autora pôde verificar, na década de 1990, a introdução de novas atividades para o ensino da leitura e da escrita — tais como: “leitura de livro infantil, feita pela professora”; “escrita da palavra como souber”; “escrita da palavra com o auxílio do professor”; “produção de texto narrativo”; “produção de texto como souber” —, revelando uma fase de “transição” nas concepções das professoras (AMARAL, 2008, p. 170). No entanto, é nos Diários de Classe dos anos 2000 que a autora localiza mudanças mais significativas na alfabetização no município de Várzea Grande/MT.

Rocha (2008), na dissertação de mestrado intitulada *Alfabetização em Alta Floresta-MT: aspectos de uma trajetória (1978-2006)*, vale-se de fontes documentais escritas e orais do norte do estado, numa localidade com história recente, em função de sua fundação no final da década de 1970 e de sua “colonização” pelos estados do sudeste do país, especialmente o Estado do Paraná. Rocha localizou 375 Diários de Classe e, dentre eles, selecionou 12 exemplares que contemplavam as três décadas de seu interesse. Levou em conta os registros mais completos de conteúdos relacionados ao ensino de leitura e escrita (ROCHA, 2008, p. 45, 130) por acreditar que pudessem desvelar aspectos importantes da alfabetização em cada década estudada (1980, 1990 e 2000). A análise

dos Diários, centrando-se especialmente nas primeiras semanas de aula, confirmou-se como promissora, pois as anotações das professoras — aparentemente, apenas uma listagem fria e impessoal — permitiram reflexões sobre o trabalho desenvolvido em sala de aula. Dentre as contribuições desse estudo, destaca-se a circulação em Mato Grosso do “método Erasmo Piloto” — elaborado e utilizado originalmente no estado do Paraná —, apontando para a “migração” cultural ou disseminação das ideias pedagógicas, em especial, dos maiores centros culturais para o interior brasileiro.

Por fim, apontamos a pesquisa *Práticas de alfabetização na Escola Santa Terezinha (Guiratinga /MT 1971-1998)*, de Araujo (2009), que foca a pré-escola e a 1ª. série escolar. Dentre o conjunto significativo de fontes documentais preservadas no acervo da escola, encontram-se 74 diários de classe, sendo 39 da pré-escola e 35 da 1ª. série, correspondentes ao período de 1974 a 1994. Um achado que despertou a atenção da pesquisadora, relacionado a essa fonte, diz respeito aos registros de uso de livro de literatura infantil em turmas de Pré I, Pré II e 1a. série, durante os anos de 1984 a 1994. A autora observa que no pré-escolar havia poucos registros entre 1984 e 1988, verificando-se aumento significativo no ano de 1991, com o registro de 76 títulos diferentes de livros infantis. Nos anos posteriores a 1991, embora os registros diminuam sensivelmente, ainda aparecem em número razoável. Cruzando essa evidência com as fontes orais, os depoimentos das professoras assinalam que, em 1991, a escola adquiriu um grande número de livros, o que explica o uso pela disponibilidade dos livros. O dado mais interessante, relacionado a esse tema, é a quase ausência do uso de livros de histórias na 1a. série. Contrapondo-se ao registro de 76 títulos na pré-escola aparece, na 1ª. série, o registro, ao longo dos anos de 1980 a 1990, de apenas nove títulos de livros desse tipo, sendo que, em 1991, não há nenhum título registrado. Podemos deduzir da leitura desse dado, diferentes e cristalizadas concepções das funções da pré-escola e da 1ª. série naquele período, que valorizavam atividades lúdico-literárias na pré-escola e exercícios com as letras, sílabas e palavras soltas na 1ª. série, substituindo o livro de histórias pela cartilha.

Estudo de Amâncio (2002), realizado entre os anos de 1991 a 1993, denuncia o monopólio da cartilha como instrumento exclusivo para o ensino da língua materna na 1ª. Série, em Rondonópolis/MT. Nesse sentido, os dados de Araújo se coadunam com os dados de Amâncio, sendo que os primeiros foram coletados por meio de fontes primárias e os de Amâncio (2002) resultam de observações de práticas pedagógicas e entrevistas com alfabetizadoras no início da década de 1990.

Parece que tão cedo não deixaremos de comentar/denunciar questões de permanências e rupturas na educação, seja na documentação que ficou/fica sobre ela, seja nas práticas lidas/vistas/vividas.

CONCLUSÃO

Em que pesem essas características e essas (im-)possibilidades das fontes, os Diários de Classe fornecem indícios importantes, pistas significativas para os estudos sobre educação. Por exemplo, o fato de não mencionar o título da cartilha utilizada com a classe não inviabiliza ao historiador a dedução desse título, por meio das lições estudadas e as palavra-chave utilizadas que constam do registro.

Desse modo, o Diário de Classe como fonte para o estudo da história oferece possibilidades e perspectivas, problemas e questionamentos, como de resto outras fontes, sempre lacunares. O seu uso deve ser cuidadoso, o que inclui para seu tratamento a prática do cruzamento de fontes. Entendendo que cada fonte desvela/registra/reflete um fragmento do real, apenas o diálogo entre elas pode garantir uma elaboração histórica mais segura. Desse modo, avaliamos que os Diários de Classe apresentam possibilidades interpretativas, nada desprezíveis.

O Grupo ALFALE tem tratado com cuidado o acervo disponível tanto em originais — doados por escolas antigas ou por professores que se esqueceram de entregar nas secretarias das escolas seus primeiros Diários e, sensibilizados com nossa tarefa de formação de acervo, decidiram contribuir —, como cópias que temos reproduzido no esforço de constituir um banco de dados para a pesquisa em alfabetização.

Com relação ao uso dessa fonte de escrituração escolar, dada sua natureza de Diário de Classe, suscita sempre no pesquisador a esperança de fornecer dados das práticas docentes num *continuum*, de modo a permitir que aquilo que sucedeu numa sala de aula possa ser desvelado, reconstruído, reconstituído. Mas as lacunas, as brechas que se percebem nessa fonte documental, especialmente nos fragmentos, exigem uma reflexão sobre a necessidade de considerá-la não apenas como um elemento de importância na busca pelas concretizações do ensino, mas também como o atendimento às demandas burocráticas, nem sempre coerentes com as concepções construídas pelos professores, que procuram atender ao que lhes é, muitas vezes, imposto.

Voltando a um item já apresentado aqui neste texto, vemos que o professor Henrique, da Escola Isolada da Povoação do Córrego Fundo, repetia suas anotações, de modo que, em todos os meses, ele ministrava os mesmos conteúdos. Será que ele ministrava todos os dias a mesma aula? Somos tentados a afirmar que *não*! Cremos que um dado que fica como reflexão do e para o grupo é justamente a extrema necessidade de analisar, comparar, cotejar, confrontar e desconfiar, dialogando com os dados gerados nas pesquisas. O que do que foi registrado pode e deve ser considerado? Por que as anotações são essas e não outras? O que teria levado os inspetores a afirmarem em suas anotações que tudo estava bem na sala do professor X ou Y? Por que tantas páginas dos antigos livros de registro geral escolar ficaram em branco? Por que o professor Henrique

preferia (?) usar *Cartilha da infância*?! Teria que haver, necessariamente, uma explicação teórico-pedagógica ou ideológica para esse fato?

Quanto aos antigos Mapas de Frequência Escolar¹¹ queremos crer que estes foram os precursores do nosso atual Diário de Classe; embora com uma gama de dados extraordinariamente maior em quantidade e complexidade, permitindo análises também nessa mesma dimensão, como vem fazendo Vidal (2010). Essa transmutação do Mapa em Diário se explicaria pela criação de outras tecnologias de registro e de preservação de fontes documentais e também pela necessidade de um ajuste, digamos, de uma classificação, criada para atender às exigências da burocracia que também foi-se sofisticando ao longo do tempo.

“Novos saberes”, lembrando aqui o bom e lúcido Certeau, exigem novos instrumentos para sua interpretação, e isso vale para todos os objetos culturais, desde cozinhar e comer, até ler e escrever. Vale também para a escrituração escolar. Discutindo questões de uma “economia escriturística”, com a propriedade e com certo sarcasmo/ironia(?) que lhe são peculiares, Certeau (2009, p. 204) comenta: “[...] também se poderiam ler nos frontões da modernidade, inscrições como: ‘Aqui, trabalhar é escrever’ ou ‘Aqui só se compreende aquilo que se escreve’”. O mesmo vale para nossa tentativa aqui.

Aqui foi dito e registrado o que foi possível compreender e escrever, entendendo a análise da escrita como algo sempre provisório em função de novas possibilidades. Fica a critério do leitor completar ou complementar as lacunas, e os ajustes ficam para nosso próximo encontro.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Cartilhas, para quê?*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

_____. *Ensino de leitura na escola primária de Mato Grosso: contribuição ao estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX*. 2000. 418 f. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

_____. *Ensino de leitura e grupos escolares Mato Grosso 1910-1930*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

_____. *Memória da cultura escolar mato-grossense: ensino primário, práticas de leitura e de escrita em grupos escolares, escolas reunidas e isoladas (1910- 1970)*. Relatório de Pesquisa. Cuiabá: FAPEMAT, 2010. Digitado.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Fontes para o estudo da produção e circulação de cartilhas no Estado de Mato Grosso. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca I. Pereira (Org.). *História da alfabetização*:

¹¹ Diana Gonçalves Vidal coordena pesquisa atual sobre essa temática, evidenciando a riqueza de dados e de leituras possíveis do que ficou registrado em fins do século XIX. Alguns dados dessa pesquisa foram apresentados pela autora em sua exposição no I SIHELE.

produção, difusão e circulação de livros (MG / RS / MT – Séc. XIX e XX). Belo Horizonte: UFMG, FaE, 2006, p.191-219.

AMARAL, Ieda Ramona. *Concepções e práticas pedagógicas de professoras aposentadas* (1985-2005). 2008, 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

ARAÚJO, Vanuzia dos Santos. *Práticas de alfabetização na Escola Santa Terezinha* (Guiratinga / MT 1971-1998). 2009, 400 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

BURKE, Peter. *O que é a história cultural?* Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução M. M. Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. Comunidade de leitores. In: _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary Del Priore. Brasília: Editora UNB, 1999, p. 11-31.

D'ÁVILA, Antonio. *Práticas escolares* (de acordo com o programa de prática do ensino do curso normal e com a orientação do ensino primário). 4. ed. revista e aumentada. São Paulo: Livraria Acadêmica: Saraiva: Cia-Editores, 1946. v. 1.

FARIA, Luciane Miranda. *As práticas de alfabetização na Escola "Dom Galibert"*– Cáceres –MT (1975-2004). 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.

FRADE, Isabel Cristina da Silva et al. *Cartilhas escolares: ideários, práticas pedagógicas e editoriais; construção de repertórios analíticos e de conhecimento sobre a história da alfabetização e das cartilhas* (MG/RS/MT, 1870-1997). Belo Horizonte, 2000. Projeto de Pesquisa Interinstitucional. Digitado.

GALHARDO, Thomaz. *Cartilha da infância*. 129. edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1934.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.7-12.

HOUAISS. Antonio; VILAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JULIA, Dominique. A cultura como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v.1, n. 1, p. 9-44, jan/jun 2001.

MATO GROSSO. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Registro geral do estabelecimento escolar: Ensino Público Estadual - Curso Primário, Escola Mista Córrego Fundo* (Prof. Henrique da Costa Neves). Diamantino, MT, [1939].

- MEIHY, José Carlos Debe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MENEGOLO, Elizabeth. *O ensino da produção textual escrita em uma escola de Cuiabá-MT: do prescrito ao realizado no período de 1990 a 2000*. 2006, 236f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.
- MENEGOLO, Elizabeth D. da C. Wallace; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. CONGRESSO DE LEITURA NO BRASIL, 16, 2007, Campinas, l. *Anais... Diários de classe: traços históricos de um ensino de língua*. Campinas/UNICAMP:ALB, 2007, 1 CD ROM, comunicações.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília, DF: MEC/INEP/COMPED, 2000.
- ROCHA, Jeane Maria de Freitas. *Alfabetização em Alta Floresta: aspectos de uma trajetória (1978-2006)*. 2008.167 f.. Dissertação (Mestrado em Educação)—Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2008.
- ROMANELLI, Otaíza. *História da educação no Brasil 1930-73*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SCHWARTZ, Cleonara; PERES, Eliane; FRADE, Isabel Cristina (Org.). *Estudos de história da alfabetização e da leitura na escola*. Vitória: EDUFES, 2010.
- SOUZA, Terezinha Fernandes Martins. *Alfabetização na escola primária em Diamantino-MT (1930-1970)*. 2006. 260f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lólio L. de Oliveira. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1992.
- VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas escolares de leitura e de escrita na primeira metade do século XIX: o que nos dizem os mapas de frequência (Comunicação oral). In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO DE LEITURA E ESCRITA, 8-10 set. 2010, UNESP, Marília. *Anais do I SIHELE*. Marília-SP: 2010.
- ZAIA, Iomar Barbosa. *Escrituração escolar: produção, organização e movimentação de papeis nas escolas públicas paulistas*. 254 f. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.